

HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DO PROFESSORADO RURAL PRIMÁRIO EM FRANCISCO BELTRÃO – PR (1948 A 1980): O ENSINO MULTISSERIADO

Carla Cattelan

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. carla.ccattelan@gmail.com

Resumo

O presente texto é resultado das discussões levantadas na dissertação de mestrado e primeiras discussões e leituras feitas no doutorado em educação. Objetiva compreender historicamente a formação do professor primário rural no município de Francisco Beltrão, entre os anos de 1948 e 1981. O ano de 1948 marca o início da instrução primária em Vila Marrecas (atual município de Francisco Beltrão, emancipado em 1952), organizada e mantida pela Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO. E, 1981 demarca o início do processo de nuclearização das escolas rurais multisseriadas e o intenso êxodo rural. Paralelamente CANGO e município organizaram o ensino primário até a década de 1957, quando a Colônia se extingue, passando a tutela das escolas e do ensino ao município de Francisco Beltrão. O trabalho articula fontes primárias, relatos orais e bibliografia, a fim de reconstituir o processo de formação do professor primário rural em Francisco Beltrão. Os resultados obtidos apontam para um ensino inicial com professores leigos em sua maioria pertencentes às comunidades rurais. Posteriormente a formação continuada e intensiva objetivou uma melhor capacitação aos professores para a permanência na rede.

Palavras-chave: Formação do professor rural, ensino multisseriado, Francisco Beltrão, CANGO.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo é fragmento da dissertação de mestrado em educação, que procurou compreender a organização da escola rural primária no Município de Francisco Beltrão-PR entre 1948 a 1981 (CATTELAN, 2014). Bem como, contribuições de estudos iniciais do processo de doutoramento.

Na década de 1940 e início da década de 1950, os professores em sua maioria eram leigos, ou seja, não apresentavam nenhuma titulação superior ao ensino primário convencional (1ª a 4ª série). Com o passar dos anos e o progressivo aumento da escolarização houve a necessidade de capacitar os profissionais da educação, para que desenvolvessem um trabalho com melhores resultados.

A CANGO desde sua instalação no município (1948) proporcionou aos colonos o acesso à educação. Construiu escolas primárias rurais

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

que se localizavam especialmente na zona rural. O administrador da Colônia contratou professores para que desenvolvessem esta função. Os alfabetizados eram poucos, porém este não foi um fator que definisse a criação ou não de escolas primárias na zona rural. Conforme os migrantes foram chegando, vieram também pessoas providas do ensino primário, ginásial e até do curso normal, e assim passaram a lecionar nas escolas mantidas pela Colônia. A partir de 1948 a CANGO orientava os professores, dentro de uma disciplina rígida de trabalho. A escola não era alheia à Colônia e os resultados deveriam ser diagnosticados e informados ao administrador e ao responsável pelo ensino. Esta organização fora dada nas escolas primárias da colônia até 1957.

Quanto ao município de Francisco Beltrão, após sua emancipação de Clevelândia, organizou e construiu, de acordo com o orçamento do município, escolas primárias rurais a partir de 1952. No começo a maioria dos professores eram escolhidos pela comunidade, de acordo com a maior formação. Mais tarde o município criou a Inspeção Municipal de Educação e a preocupação com a formação do professor rural foi latente. A partir de 1957 o município “herdou” as escolas primárias da colônia, que entrou em processo de extinção. Passou a organizar a educação e capacitar os professores para lecionarem.

2. A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES RURAIS: DA CANGO A FRANCISCO BELTRÃO

No final da década de 1940, que a educação primária começou a se estruturar em Francisco Beltrão – PR, amparada pelo Ministério da Agricultura e pela CANGO¹ (Colônia Agrícola Nacional General Osório), iniciando a década de 1950, com 13 (treze) escolas primárias devidamente operantes e organizadas. Foi com a constituição do Município de Francisco Beltrão, em 1952 (desmembrado de Clevelândia), que as escolas primárias cresceram em ritmo acelerado, sendo no final desta década, 27 (vinte sete) escolas mantidas pela CANGO e 59 (cinquenta e nove) mantidas pelo município na zona rural.

Em meio aos documentos e entrevistas, a questão da formação de professores emergiu como subsídio para o entendimento da educação nas escolas multisseriadas criadas em Francisco Beltrão – PR. Para ilustrar esta questão, Rubens da Silva Martins primeiro prefeito

¹ “[...] a CANGO oferecia lotes de terras gratuitos, casas, material para trabalhar a terra e sementes para o plantio. Muitos migrantes foram atraídos por estes benefícios e pela fertilidade do solo, bem como pelas riquezas naturais aqui existentes, sem contar as fontes de água que banhavam o município. O clima era propício para produção de alimentos. A vegetação consistia basicamente de araucárias, um dos aspectos marcantes da paisagem natural do município e, que devido à intensa exploração madeireira da época, já se encontrava em processo de extinção” (CATTELAN, 2014).

de Francisco Beltrão, em seu livro (1986), pontua que, no início da década de 1950, o salário pago ao corpo docente, não atraía as professoras normalistas da capital, tanto quanto, as precárias condições dos meios de comunicação e hospedagem, além, do alto índice de criminalidade registrado na região. Assim, o ensino normal ainda era restrito aos grandes centros urbanos e a Capital.

Em entrevista², a professora Italina contou que saiu do Rio Grande do Sul já no intuito de lecionar, porque no Rio Grande já tinha experiência com a educação. O administrador da CANGO, Eduardo Virmond Suplicy, procurava uma professora para ministrar aula na primeira escola construída, que se localizava na sede da CANGO (1948), como a professora Italina já tinha experiência na docência, foi indicada e iniciou seu trabalho na escola, que a época, recebeu o nome de General Osório.

Outras escolas foram criadas posteriormente e outros professores selecionados através do exame de conhecimento, feito para a admissão dos professores. O professor Félix³, relatou que morava com a professora Italina e em certos momentos a ajudava nas aulas, não demorou muito, para que o contratassem para lecionar em uma das escolas da CANGO. Félix ainda pontuou que o responsável pelo ensino na Colônia, [...] *era este José Emanuel que foi quem me motivou, que achou que eu tinha capacidade pra ser professor, foi ele (PADILHA, 2013).*

No mês de março do ano de 1956, foi lavrado um termo de acordo entre Instituto Nacional de Imigração e Colonização e Instituto Nossa Senhora da Glória que estabelece na clausula terceira:

O Instituto Nossa Senhora da Glória, se obriga a ministrar por intermédio do seu corpo docente, curso de orientação aos professores das escolas mantidas pelo Núcleo Colonial “General Osório”, nas épocas estabelecidas pela Administração do Núcleo acima mencionado (1956).

Quanto ao Município de Francisco Beltrão, este, desde sua criação em 1952, recebeu total ajuda das comunidades para a construção e instalação de escolas primárias. Como o município ainda não tinha uma arrecadação e aplicação direta na educação, a comunidade geralmente construía as escolas, doando o terreno, o material e a mão de obra, o que competia ao município era pagar o salário dos professores. Os Professores geralmente eram escolhidos pela comunidade, designados pelo maior grau de instrução. Na fala abaixo, do então prefeito

² Entrevista concedida no dia 10 de junho de 2013 à pesquisadora.

³ Entrevista concedida no dia 19 de novembro de 2013 à pesquisadora.

Rubens da Silva Martins, em seu livro “Entre Jagunços e posseiros” este destaca a preocupação quanto a educação e a seleção de professores para atender a educação primária no município.

Onde, então, conseguir o pessoal necessário ao início das atividades escolares no Município? A solução foi reunir os moradores de cada núcleo populacional para que os mesmos indicassem entre os presentes, o mais capacitado para assumir o encargo. Tais pessoas, por não dependerem de hospedagem e por não terem que se deslocar a locais distantes, aceitavam a baixa remuneração, dedicando-se com esmero à atividade educacional. A Inspetoria Municipal de Ensino cumpria a difícil tarefa de ministrar treinamento adequado aos improvisados mestres, programando-lhes as aulas e sabatinando-os quando de seu comparecimento à Sede Municipal para recebimento de seus parcos vencimentos (1986, p.195-196).

Fica claro, pela solução encontrada, que os professores eram em sua maioria leigos, escolhidos pela própria comunidade, geralmente aqueles que tinham esmero e dedicação aos estudos ou simplesmente sabiam ler e escrever. As escolas aos poucos foram construídas e passaram a atender significativa parcela da população rural, até final da década de 1950.

Martins (1986) destaca uma conversa que teve com um cidadão do município, e destacou o processo de contratação dos professores. Segundo o prefeito, várias pessoas o censuraram acusando-lhe de confiar o ensino do município a “analfabetos”, como se referiam aos primeiros professores.

- O que o senhor está fazendo é um crime – desabafou, certa vez uma pessoa amiga - A criança que começa mal na escola, dificilmente se recupera.
- Eu lhe alcancei uma carta que me fora endereçada por uma das professoras municipais, pedindo-lhe para que a lesse e interpretasse. Havia erros ortográficos grosseiros, frases incompletas e termos inadequados.
- É o que lhe dizia – comentou ele triunfante – A prova esta aqui. É uma barbaridade!
- Mas você entendeu o que ela quer? – insisti.
- claro que dá para entender. Ela esta pedindo material escolar e consulta se no próximo mês o senhor poderá mandar vacinar as crianças da escola e da vizinhança.
- E esta o que quer? – Perguntei, passando a suas mãos uma folha de papel em branco.

- Tá brincando – disse ele, olhando os dois lados da folha – não tem nada escrito...
- Pois entre a carta mal escrita que contem uma mensagem integralmente entendida por você e a que nada transmite, eu prefiro a primeira. Não tenho outra opção e muito menos o povo do Município (1986, p. 196).

Fica claro pela situação mencionada que a maioria dos professores que desenvolviam suas atividades educacionais, principalmente as localizadas na zona rural, eram leigos. Em sua maioria possuíam somente formação primária até 4^a série.

A professora Clídia⁴ contou como foi sua contratação e os critérios utilizados pelo Município,

Essa contratação foi assim, nós morávamos em Santa Catarina e nós tínhamos parente lá e eles vieram antes de nós um pouco, pra cá, e no Rio Tuna não tinha, foi depois, foi um pouco depois disso aí já, antes daqui... E daí como eles souberam que eu vim de Santa Catarina e tinha um bom começo de estudo, fiquei num convento, num colégio quase 10 anos, colégio das irmãs [...] (KLOSINSKI, 2013).

Os professores lecionavam em turmas de 1^a a 4^a séries da forma como haviam aprendido no primário [...] *Eu trabalhava com o meu conhecimento. Elaborando as atividades, e fazendo [...] (KLOSINSKI, 2013).* Com o tempo as questões organizacionais e pedagógicas tomaram forma e se constituíram como instrumento primordial para a construção da prática pedagógica nas escolas rurais multisseriadas.

A professora Terezinha Dopfer⁵ também contou como eram selecionados os professores municipais quando ingressou, no magistério no início da década de 1960:

[...] sabe que prova o professor fazia naquele tempo? Fazia um ditado de umas 20 palavras e quatro contas, uma de mais, uma de menos, uma de dividir e uma de vezes. Você acertando estas quatro contas e fazendo certo o ditado já era professor. Não tinha orientação nenhuma: Oh! você chega na escola e tem que fazer assim, assim, e assim, como ensinar os alunos, não tinha (2013).

⁴ Entrevista concedida no dia 19 de julho de 2013 à pesquisadora.

⁵ Entrevista concedida no dia 17 de maio de 2013 à pesquisadora.

Para destacar a escola primária da zona urbana a professora Ana Gracik⁶, relatou que em 1957 começou a dar aula no Grupo Escolar Suplicy, para uma turma de alfabetização composta por 60 alunos, em meio às dificuldades do período e a preocupação com a educação, ela retratou a educação desenvolvida na escola.

Acontece que quando eu cheguei aqui eu não era só útil era necessária, porque quando eu cheguei aqui, ai não tinha, por exemplo, professores; tinha alunos com 10 anos, 11 anos que nunca foram na escola. Ai eu pequei 60 e trabalhava no Suplicy, mas quando eu cheguei aqui, então eles nomearam para eu dar aula lá nem sei aonde, para lá do Vila Nova, mas já não fui lá eu fui direto para o Suplicy e comecei a trabalhar e era para a prefeitura pagar para mim, mas a prefeitura não pagou. Nós tínhamos tudo no programa do Estado. O programa do Estado estava tudo ali, então, assim tinha diretor e eu tinha que ficar dando aula o dia inteiro por que tinha falta de professor. Imagina que eu tinha 60 alunos só na minha sala. Desses 60 só um que eu não consegui ensinar durante o ano, se não o resto todos aprenderam a ler [...] agora que nem esses meus alunos nunca foram na escola eram primário, primeiro ano de alfabetização. Aquela turma de 60 eles ninguém sabia ler e nem conheciam letras. [...] não tinha cartilha. (GRACIK, 2014).

A precarização da formação de professores foi percebida no relatório de 1968, que apresentou dados sobre os professores distribuídos pelo Estado do Paraná. Dentre os professores, 71% eram estaduais, 27% municipais e 2% particulares. Considerando apenas os docentes do interior, 68% são professores estaduais, 31% municipais e 1% particulares, num total de 35.046 professores. Quanto à formação pedagógica,

35% são normalistas, 12% regionalistas, 37% sem habilitação e 17% sem informação. Das normalistas, 73% estão na Capital e 28% no interior; das regionalistas, 10% estão na Capital e 28% no interior; das regionalistas, 10% estão na Capital e 2% no interior; das sem habilitação 10% estão na capital e 41% no interior, estando o restante sem informação (PARANÁ, 1968, p. 93).

Os dados deixam claro que a grande deficiência na formação e habilitação dos professores, estava no ensino primário e, principalmente no interior. Certamente, os 17% que não foram colhidas informações estavam alocados nas zonas rurais mais distantes, sem

⁶ Entrevista concedida no dia 27 de abril de 2014 à pesquisadora.

receber qualquer acompanhamento específico. A grande maioria dos professores rurais, também, se enquadravam entre os que apareceram nas estatísticas como sem habitação.

É certo que as inovações propostas pela legislação não chegaram à educação rural ao mesmo tempo que foram publicadas. Porém, já naquele período, o município de Francisco Beltrão ofertava cursos de capacitação e aperfeiçoamento profissional para seus professores. Segundo informações colhidas nas entrevistas com professores, o município disponibilizava acompanhamento pedagógico aos professores, mesmo que precariamente. A fotografia a seguir retratou um curso de formação pedagógica para os professores municipais de Francisco Beltrão no ano de 1964.

Fotografia 1: Formação de professores Municipais – 1964



Fonte: Acervo pessoal professor Luiz Bedin, 2013.

Quanto à formação pedagógica aos professores Municipais de 1^a a 4^a séries, de Francisco Beltrão, o professor Luiz Bedin⁷, destacou como se organizaram.

A gente fazia curso em Beltrão, em 1963/1964, curso de quarenta e poucos dias. Os orientadores visitavam as escolas e traziam material para a gente. Faziam reunião com os professores, para planejar as aulas. Nós tínhamos um diário onde constava tudo que a gente passava

⁷ Entrevista concedida no dia 30 de junho de 2013 à pesquisadora.

para os alunos [...] estes encontros grandes, de quarenta dias, eram para todos os professores, da cidade e do interior [...] nós fazíamos reuniões com os professores, do interior de Nova Concórdia, uma vez por mês, e traçávamos experiências para ir praticando nas aulas (BEDIN, 2013).

A partir do relato foi possível perceber que os “orientadores” estavam dispostos a mudar certa realidade das escolas primárias rurais mantendo os professores a planejar, a usar os materiais e fortalecer este vínculo com a educação. Mesmo considerando que a formação de “quarenta dias” citadas pelo professor Luiz Bedin, fosse a mesma para os professores da cidade e do interior, mesmo assim os professores rurais ainda se reuniam nos distritos para desenvolver um planejamento específico, para tratarem das metas e construírem juntos metodologias para as aulas rurais.

Quanto à formação pedagógica, criou-se a Inspeção de Ensino, tanto municipal quanto estadual que acompanhava os trabalhos dos professores e os dava formação pedagógica adequada ou possível. Todavia as dificuldades para visitar todas as escolas rurais multisseriadas naquela época eram imensas, devido ao fato do difícil acesso a certas áreas rurais.

O jornal Tribuna do Sudoeste, de março de 1968, publicou uma matéria sobre a formação de professores que aconteceu no município, por meio do Plano Municipal de Educação. Este plano foi autorizado pela Secretária de Educação e Cultura do Paraná (SEC) e contou com o auxílio e subsídio financeiros da FUNDEPAR e da prefeitura Municipal de Francisco Beltrão.

Reuniram-se nas instalações da FENAFE, aproximadamente 50 professores não titulados da 48ª Inspeção Regional de Ensino, a fim de participarem da 2ª etapa da Pesquisa Piloto – Treinamento de professores não titulados. O plano teve início no ano passado, quando estes professores leigos, após levantamento de suas condições pedagógicas-didáticas, receberam orientação de estudo, visando primordialmente a sua auto promoção e melhoria de escolaridade. Passados sete meses estão agora concentrados desde o dia 21 para a etapa de avaliação e continuidade de orientação. Durante 10 dias, em regime de internato, em período integral, os trabalhos funcionaram de atividades decorrentes do Plano (JORNAL TRIBUNA DO SUDOESTE, 24 de março de 1968).

Em maio de 1968, o Jornal ainda pontuou, o curso de matemática moderna oferecido para os professores primários, visando a continuidade dos estudos dos alunos. O curso foi ministrado pelo IBEP (Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas), organizado pelo diretor do Ginásio La Salle, colégio privado que atendia meninos em regime de internato. O diretor do Colégio também era do Conselho Municipal de Desenvolvimento, na área do ensino. Os professores pagavam valores entre NCr\$ 50,00 a 70,00, pelo curso.

Em junho do mesmo ano, o Jornal Tribuna do Sudoeste trouxe outra matéria, na qual Maria Oliveira relatou de forma geral como os cursos de capacitação de professores eram ofertados pelas Supervisoras do PAMP (Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário) e pelas Inspetoras de Ensino Estadual e Municipal. Segundo ela nas reuniões,

São abordados assuntos de real importância para a classe, pois em cada reunião adquirem novas técnicas, novos métodos, a fim de melhor educar a juventude. Para o êxito das reuniões, as Extencionistas Domésticas da ACARPA, vem colaborando com palestras e demonstrações práticas, sobre problemas debatidos pelos professores. São entidades do município que trabalham em interação com as responsáveis pelo Ensino procurando aperfeiçoamento técnico-pedagógico do magistério (JORNAL TRIBUNA DO SUDOESTE, 8 de Jul. de 1968).

Pontuou ainda que o objetivo das Inspetoras e Supervisoras de Ensino era fazer com que a criança encontrasse na escola, meios para o desenvolvimento integral de sua educação e de sua personalidade. Na Mensagem de 1968, apresentada a Assembleia Legislativa, foi destacado este entrosamento com a ACARPA, não só nesse campo de formação de professores, mas em todo o processo escolar.

Com os cursos de formação pedagógica, os professores puderam ensinar um currículo comum, aprender técnicas e didática, confeccionar materiais e utiliza-los na escola em prol da aprendizagem, aproveitar melhor os recursos disponíveis, que eram poucos, e construir de fato o planejamento de suas aulas.

Conforme destacou a professora Irene Vieira, a partir de 1975, os cursos de formação eram feitos periodicamente e os professores primários ingressantes eram logo submetidos aos cursos.

O pessoal que deu o curso, logo que eu comecei em 1975 – já na metade de julho fizeram curso
– então a gente confeccionou

vários materiais, fichas de leituras e outros. Porque tinha sempre uma turma que terminava antes a atividade – e a escola na verdade era pequenininha, o quadro era pequeno, era em torno de 1,20 m o quadro que tinha – então você precisava ter umas atividades extras para os alunos, aqueles que iam terminando. A gente montou na sala de aula o cantinho da leitura, cantinho da matemática e tinha a fichinha. Então quando eles terminavam a atividades, então eles iam num destes locais e pegavam a fichinhas e eles faziam a atividade sozinha, se era de leitura eles liam, se era uma atividade de matemática eles escreviam no caderno, e resolviam a questão (VIEIRA, 2013).

A professora também se referiu à participação e acompanhamento da Prefeitura Municipal e da Secretaria de Educação nas escolas.

A gente sempre teve o apoio da prefeitura, que era a Secretária de Educação, bem diferente, bem menos pessoas, mas eles acompanhavam a gente em tudo, faziam estes cursos para a gente confeccionar material, e também para o nosso conhecimento, e eles faziam visitas periódicas nas escolas. Por exemplo, a cada dois meses eles davam uma passada em cada uma das escolas, eles ficavam meio dia com a gente, as dificuldades a gente anotava, depois procurava os profissionais, para os problemas da gente (VIEIRA, 2013).

Quanto a forma de organização dos cursos de formação ofertados para os professores rurais e urbanos de ensino primário municipal, a Professora Irene⁸ fez o seguinte comentário:

No começo era mais separado. Por que aqui na cidade era uma outra realidade. Aqui eles trabalhavam, cada professor tinha sua turma sua série, e nós não. Lá no interior a gente tinha todas. Então sempre era diferenciado, por que não tinha como ser igual. Dependendo as vezes, cursos a gente fazia todo mundo juntos. Mas, quando era planejamento mesmo, então cada um ficava mais com sua área específica. Por que a multisseriada era bem diferente do pessoal aqui, então os planejamentos daí eram diferenciados, a gente fazia um e o pessoal daqui faziam outro. Só a maneira de você trabalhar que diferenciava um pouco. Por que na verdade a gente lá era mais sintetizado, por que aqui você tem uma turma e você trabalha só com aquela turma, é diferente. Agora, quando você tem três turmas, por exemplo juntas, nem que você tivesse 5 alunos numa turma, mas você tinha que dar o conteúdo daquela turma, então eu acho que aquela época, era mais sintetizado, mais resumido que a gente dava. Mas, não quer dizer, que os alunos, tinham uma formação, por exemplo, como a

⁸ Entrevista concedida no dia 19 de setembro de 2013 à pesquisadora.

gente vai dizer, que não era tão igual da cidade, por que, eu lembro até hoje tem aluno, que eram meus alunos, e que hoje, são doutores, dentistas, tudo que estudaram lá nas escolinhas do interior, então a gente fazia o máximo, tudo que agente podia fazer por eles, em questão de aprendizagem, de valorização da vida, deles, dos costumes, tudo isso a gente fazia (VIEIRA, 2013).

Em busca de alternativas para suprir a necessidade de qualificação profissional e resolver problemas relacionados à formação de professores de 1º grau, foi implantado o projeto Logos II. Foi diagnosticado neste período cerca de 150 a 200 mil professores leigos em todo o território nacional, sendo que a escolaridade estava entre 4ª e 8ª séries. Estes dados foram levantados pelo Departamento de Ensino Supletivo do Ministério da Educação e Cultura (DSU/MEC) (COSTA, 2012, p. 4.803).

O curso ofertado aos professores leigos, no ano de 1978, 1979 e 1980, atendeu, na sua maioria, aos professores que se encontravam nas escolas do interior do Município. Foram desenvolvidos por módulos, os professores levavam os cadernos para casa e estudavam o conteúdo. Uma vez por mês iam até a cidade e prestavam as provas de tantos livros/módulos que conseguiam estudar. Se conseguissem nota, a partir de 60 eliminavam os cadernos e, conseqüentemente os módulos.

O conteúdo com maior relevância possuía mais livros para estudá-lo, ou mais módulos de ensino. O quadro abaixo, expressa a relação de conteúdos estudados pelos professores no Projeto Logos II para o ano de 1978 em Francisco Beltrão.

Quadro 1: Logos II - Conteúdos estudados em módulos de ensino no curso de Formação de Professores (1978)

NOME DA SÉRIE	NÚMERO DE MÓDULO
Informações Pedagógicas	06
Técnica de Estudo	08
Língua Portuguesa	20
OSPB	04
Educação Moral e Cívica	04
Ciências Físicas e Biológicas	15
Matemática	15

Literatura Brasileira	08
História	08
Educação Artística	08
Geografia	08
Programas de Saúde	06
História da Educação	06
Organização do Trabalho Intelectual	02
Didática Geral	06
Sociologia Educacional	06
Psicologia Educacional	06
Estrutura e Funcionamento do 1º grau	06
Orientação Educacional	03
Didática da Linguagem	08
Didática da Matemática	08
Didática dos Estudos Sociais	08
Didática da Ciências Físicas e Biológicas	08
Currículo do 1º grau	02
Didática da Educação Física	02
Técnicas de Preparação de Material Didático	02
Didática da Educação Artística	06
Recreação e Jogos	06
Língua Estrangeira Moderna	06
Educação Física	03
Microensino	05

Fonte: Acervo pessoal Terezinha Dopfer, 2013.

Pelo quadro foi possível perceber que os conteúdos dispostos para estudos e formação profissional focavam na prática escolar, contemplando praticamente todas as disciplinas, não somente do conteúdo teórico, mas também das práticas cotidianas como o de didática. Ao término do curso, os professores, de posse dos certificados de conclusão poderiam exigir o aumento de salário por parte da administração.

A fotografia abaixo retrata os professores municipais em um curso de formação pedagógica no ano de 1978. O encontro formativo era um dos encontros do projeto Logos II.

Fotografia 2: Formação Pedagógica Municipal Logos II – 1978



Fonte: Acervo pessoal de Terezinha Dopfer.

É possível perceber a presença mista de professores e professoras, demonstrando que a presença masculina na docência ainda era acentuada no final da década de 1970.

Segundo Costa (2012), a metodologia utilizada no Logos II obedeceu as mesmas características do Logos I, a modalidade a distância em um processo de 12 (doze) meses para a qualificação dos professores nível de 1º grau. O caráter técnico, esteve presente no processo de ensino/aprendizagem. Para os fundamentos, foram propostas atividades diversificadas, e possibilidade de ritmo para o estudo pessoal. Os encontros com o orientador da aprendizagem aconteciam uma vez por mês, para esclarecer dúvidas, aplicar testes e discutir os conteúdos para crescimento pessoal.

O projeto Logos II foi promovido pelo CETEPAR (Centro de Seleção, Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal do Paraná) responsável pela formação do professor paranaense, habilitava professores leigos a desenvolverem o magistério de 1ª a 4ª séries. O projeto Logos II, segundo dados do CETEPAR (1982), formou 3.165 professores em todo o Paraná. Além deste projeto, foram desenvolvidos outros na área de formação do magistério, para professores leigos como o HAPRONT, que também

habilitava professores leigos para o exercício do magistério. Este projeto formou cerca de 1.530 professores (PARANÁ, 1983, p.147).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permite observar a construção da formação do professor rural em Francisco Beltrão-Pr e as dificuldades encontradas em cada período. Estas problemáticas vieram atreladas a consolidação da escola rural, mas não foi motivo para que os administradores e municipais permitissem que a educação rural expandisse, a partir de 1940.

Mesmo que os primeiros professores fossem em sua maioria leigos (escolhidos pela comunidade pelo maior grau de instrução) e encontraram muitas dificuldades durante o percurso educacional, não foi empecilho para desistir da profissão, pelo contrário, investiram na formação e cobrança de melhores condições de trabalho.

Com o passar dos anos os cursos de capacitação em nível de magistério foram aprimorados, estabelecendo bases para o ensino primário rural nas classes multisseriadas, o atendimento às instituições foram aumentando e se profissionalizando, as crianças com o passar dos anos diminuindo, muitas migraram do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CATTELAN, Carla. **Educação rural no município de Francisco Beltrão entre 1948 a 1981: a escola multisseriada**. Dissertação de Mestrado, 249 p. Francisco Beltrão, 2014.

COSTA, Reginaldo Rodrigues. **A capacitação e aperfeiçoamento de professores que ensinam matemática no estado do Paraná 1971 – 1982**. Universidade Federal da Paraíba – IX Seminário de Estudos e Pesquisas “História, sociedade e educação no Brasil” – Anais Eletrônicos, 31/07 à 03/08/2012. Paraíba, 2012.

JORNAL TRIBUNA DO SUDOESTE. **ACARPA Realizou Entrevistas**. Ano I, nº 07, 30 de março de 1968, Francisco Beltrão, 1968.

MARTINS, Rubens S. **Entre jagunços e posseiros**. 1ª ed. Curitiba: 1986.

PARANÁ. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado. Por ocasião da abertura da 2ª sessão ordinária da 6ª legislatura. **Governador Paulo Cruz Pimentel**. Curitiba – Paraná, 1968.

_____. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. **Governador José Hosken de Novais**. Curitiba – Paraná, 1983.

TERMO DE ACORDO. Entre Instituto Nacional de Imigração e Colonização e Instituto Nossa Senhora da Glória. Francisco Beltrão. 1956.

4.1 RELATOS ORAIS

BEDIN, Luiz. Francisco Beltrão, **entrevista concedida no dia:** 30 de Junho de 2013 á Carla Cattelan.

DOPFER, Terezinha. Francisco Beltrão, **entrevista concedida no dia:** 17 de maio de 2013 á Carla Cattelan.

GRACIK, Ana. Francisco Beltrão, **entrevista concebida no dia:** 24 de abril de 2014 à Carla Cattelan.

KLOSINSKI, Clídia. Francisco Beltrão, **entrevista concedida no dia:** 19 de julho de 2013 á Carla Cattelan.

PADILHA, Félix. Francisco Beltrão, **entrevista concedida no dia:** 19 de novembro de 2013 à Carla Cattelan.

SCOTTI, Italina, Z. Francisco Beltrão, **entrevista concedida no dia:** 10 de junho de 2013 á Carla Cattelan.

VIEIRA, Irene Vacari de Souza. Francisco Beltrão, **entrevista concedida no dia:** 19 de setembro de 2013 á Carla Cattelan.